

AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL

Francisco Roberto Caporal¹, Paulo Petersen²

¹Universidade Federal Rural de Pernambuco-Recife-Brasil, Estrada de Aldeia, Km 5,5, Aldeia dos Camarás, CP 1483(EMPO-RIUM), CEP: 54792-992, Camaragibe, PE Brasil, ²AS-PTA, Agricultura Familiar e Agroecologia, Rua Clarice Índio do Brasil, 38/1606, Botafogo, CEP:22290-090, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. E-mail: caporalfr@gmail.com

Resumo

Apesar da hegemonia do modelo de produção agropecuária baseado na industrialização da agricultura, as estratégias de desenvolvimento rural e agrícola no Brasil vêm incorporando, nas últimas décadas, um conjunto de iniciativas que vão contra a lógica dominante. Essas iniciativas se expressam tanto por meio de experiências práticas da agricultura familiar camponesa como na ação do crescente movimento agroecológico, que passou a contar com a participação importante de setores do meio acadêmico e técnico-científico. Iniciativas inovadoras expressam-se pela emergência da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). Como resposta, o Estado brasileiro abre-se para a possibilidade de implementação de nichos de inovação política, que apresentam dificuldades de ampliação devido ao insipiente embate em curso na sociedade brasileira relacionado aos rumos do desenvolvimento rural. Ademais, a sociedade civil organizada e, sobretudo, os movimentos camponeses e da agricultura familiar, ainda não têm a defesa dos referenciais da Agroecologia como eixo estruturador de suas pautas de negociação política com os governos. Deste modo, pode-se afirmar que o país não conta com um projeto nacional que oriente para a busca de estratégias de desenvolvimento mais sustentável já que o conjunto das políticas para o rural permanece orientado pela lógica produtivista e mercantilista que moldou o projeto de modernização impulsionado a partir da década de 1960. Ademais, desde o Acordo Agrícola da Organização Mundial do Comércio, em meados da década de 1990, os sucessivos governos brasileiros atuaram decisivamente no sentido de reposicionar o país como exportador de commodities agrícolas para contribuir com os resultados da balança de pagamentos. Também a partir desse período, o segmento da agricultura familiar passou a receber crescente atenção financeira e política do Estado, muito embora o investimento realizado nessa direção fosse majoritariamente orientado para modernizar as unidades produtivas com base em tecnologias da Revolução Verde e na crescente integração a cadeias produtivas dominadas por corporações transnacionais. Nesse contexto observa-se que as políticas públicas não revelam uma intencionalidade no sentido da busca de mais sustentabilidade, senão que as inovações de caráter socioambiental somente aparecem de forma pontual em algumas das iniciativas dos governos. Essas, não obstante, são importantes na medida em que sinalizam para a possibilidade de estabelecimento de um projeto nacional capaz de contribuir decisivamente para a transição agroecológica, entendida como condição fundamental para reorientar o modelo de desenvolvimento rural e agrícola na busca de mais sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Palavras chave: Agroecologia, Políticas Públicas, Agroecologia Política.

Summary

Agroecology and Public Policy in Latin America: The case of Brazil

Despite the hegemony of the agricultural production model based on the industrialization of agriculture, strategies for agricultural and rural development in Brazil have been incorporating, in recent decades, a number of initiatives that go against the dominant logic. These initiatives are expressed through practical experiences of peasant family farming and the action of the growing agroecological movement, which now has the participation of important sectors from the academic and technical-scientific communities. Innovative initiatives are expressed by the emergence of the Joint National Agroecology (ANA) and the Brazilian Association of Agroecology (ABA- Agroecology). In response, the Brazilian state has opened up the possibility of

implementing policy innovation niches, which have difficulties in expanding due to the incipient struggle taking place in Brazilian society related to the direction of rural development. Moreover, civil society and especially the movements of peasants and family farmers, still lack the protection of the references Agroecology as a structural axis of its patterns of political negotiation with governments. Thus, it can be affirmed that the country lacks a national project to guide the search for more sustainable development strategies, since the set of policies for rural areas remains guided by productivist and mercantilist logic that shaped the modernization project driven from the 1960s. Moreover, since the Agricultural Agreement of World Trade Organization in the mid-1990s, successive Brazilian governments have acted decisively in order to reposition the country as an exporter of agricultural commodities to contribute the results to the balance of payments. Also from this period, the segment of family farms began to receive increasing financial and political attention of the state, although the investment made in this direction was mainly aimed at modernizing production facilities based on Green Revolution technologies and the growing integration of production chains dominated by transnational corporations. In this context, it is notable that public policies do not reveal an intent to pursue greater sustainability; instead, socio-environmental innovations appear only sporadically in government initiatives. These, however, are important in that they signal the possibility of establishing a national project that can contribute decisively to the Agroecology transition, understood as a fundamental requirement for reorienting the model of rural development and agriculture in search of more economic, environmental and social sustainability.

Key words: Agroecology, Public Policies, Agroecology Policy.

1. Introdução

As recentes evoluções da agricultura brasileira revelam um movimento contraditório. De um lado, o país é reconhecido como uma das maiores potências agrícolas da atualidade, graças ao padrão de ocupação do espaço fundado em grandes monocultivos modernizados, à agricultura capital-intensiva e aos avanços científico-tecnológicos (Tollefson 2010, The Economist 2010). Por outro, tem sido citado como referência em ações públicas (Sevilla Guzmán 2002, González de Molina 2009) voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar com base nos princípios da Agroecologia.

Em grandes traços, essas evoluções com sinais trocados expressam interesses contraditórios de atores sociais que se fazem representar no Estado brasileiro. Numa desigual correlação de forças, os grupos do agronegócio (agricultura empresarial capitalista) mantêm a iniciativa sobre as orientações do Estado e reafirmam sua hegemonia nos planos político, econômico e ideológico. Esse desbalanço do poder político francamente favorável aos interesses das corporações transnacionais, do capital financeiro e da grande propriedade fundiária se sustenta em um pacto de economia política que vigora no mundo rural brasileiro há mais de dez anos e que associa interesses privados de maximização do lucro no curto prazo e interesses macro-econômicos que buscam ampliar os ingressos de divisas pela via da exportação de commodities agrícolas.

Contrariamente às expectativas da sociedade civil de reversão de prioridades sociais e enfoques para o

desenvolvimento rural, o Estado (leia-se: governo) tem procurado amparar ideologicamente suas orientações defendendo uma possível convivência equilibrada entre dois modelos contrastantes de desenvolvimento rural, que correspondem ao agronegócio e à agricultura familiar. Essa retórica da coexistência exerce grande influência no atual quadro político já que oculta das organizações da agricultura familiar a sua crescente subordinação ao agronegócio além de legitimar as políticas públicas perante a sociedade. Ao mesmo tempo, confirma aos grupos do agronegócio suas expectativas em torno ao papel preponderante que estão chamados a desempenhar nas políticas de desenvolvimento.

É nesse contexto político amplo, que não é possível detalhar neste texto, que as evoluções positivas no sentido da institucionalização do enfoque agroecológico em projetos e programas públicos devem ser compreendidos. Esse processo de mudança vem ocorrendo a partir de enclaves de inovação sociopolítica e metodológico-conceitual em diferentes organismos governamentais que revelam maior coerência com as promessas de sustentabilidade e com os compromissos que o país vem assumido em fóruns internacionais que abordam a questão ambiental e as metas do milênio.

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre o potencial transformador desses nichos de inovação sociopolítica, mas também de apontar os seus limites em uma conjuntura na qual não há um esforço indutor do Estado (ou quando há, ocorre num marco contraditório e limitado) e também não há uma força política da sociedade civil com capacidade de pensar e

fazer valer seus interesses nos espaços de disputa de poder onde se estabelecem as estratégias de desenvolvimento.

Procuramos apresentar, de forma sucinta, alguns exemplos de inovação nas políticas públicas e alguns resultados dos mesmos. Nesse quadro geral, fazemos referência também aos avanços verificados na academia, na pesquisa agropecuária e na extensão rural. Por último, como considerações finais, destacamos o potencial desses espaços de inovação sociopolítica como elementos constituintes e referenciais para um amplo projeto nacional voltado à transição agroecológica que, ao nosso ver, é uma condição indispensável para que o país possa avançar para formas mais sustentáveis de produção e consumo e superar o histórico de destruição ambiental e exclusão social que caracteriza a agricultura brasileira desde o período colonial.

2. Sobre os conceitos de Agroecologia e de Políticas Públicas

Não é este o lugar para discutir o conceito de Agroecologia, não obstante, dada a perspectiva agroecológica que vem sendo adotada no Brasil, não seria conveniente deixar de marcar algo sobre este tema. Do mesmo modo, urge recordar o significado e as possibilidades de institucionalização de políticas públicas, mesmo que seja para melhor compreender os limites que nossas sociedades vêm enfrentado nesse campo de disputas.

Uma primeira aproximação ao conceito de Agroecologia nos leva aos ensinamentos de Stephen R. Gliessman, que já em 1981 escrevia sobre "A base ecológica para a aplicação de tecnologia agrícola tradicional ao manejo de agroecossistemas tropicais" (Gliessman 2000). Seus estudos, desde a Ecologia, partiam da sistematização de práticas ancestrais de povos indígenas do México. Miguel Altieri, por outro lado, foi quem introduziu, ainda em 1983, a idéia de Agroecologia como as "bases científicas para uma agricultura alternativa", mais tarde avançando para bases científicas para uma agricultura sustentável (Altieri 2002). Ambos autores, considerados precursores na construção do paradigma agroecológico, tratavam de construir uma nova aproximação entre agronomia e ecologia, cientes de que o modelo da Revolução Verde já havia demonstrado todos os fracassos socioambientais e econômicos, que hoje – 30 anos depois – são amplamente reconhecidos. Em 1990, Gliessman publicaria seu livro **Agroecology: Researching the Ecological Basis for Sustainable Agriculture** (provavelmente seguindo o estímulo de Eugene Odum, com quem havia compartilhado conhecimentos através de intercâmbios que ambos realizaram em Santa Cruz e Geórgia em meados dos anos 80). No mesmo ano de 1990, Carrol, Vandermeer e Rosset publicariam, uma densa coletânea de artigos, com mais de 600 páginas, intitulado **Agroecology**. As obras cita-

das anteriormente colocariam, definitivamente, o conceito de agroecossistema como unidade de análise da Agroecologia.

Não obstante, do outro lado do oceano, nascia o ISEC – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, da Universidad de Córdoba – Espanha que, capitaneado pelo Agrônomo e Sociólogo Eduardo Sevilla Guzmán, dedicava-se ao estudo acadêmico e à militância política junto aos movimentos "campesinos y obreros" da Andalucía (especialmente junto aos Sem-Terras, Jornaleros). Em 1993, viria a público, depois de longo período de maturação, o livro seminal da Agroecologia européia, com o título **Ecología, Campesinado e História**, de Eduardo Sevilla Guzmán y Manuel González de Molina. Como dizem os autores "Durante os últimos cinco anos vimos tratando de estabelecer um esquema teórico que conecte a prática e os conteúdos éticos do movimento ecologista com a teoria social agrária, especialmente com aquelas contribuições, ainda dispersas, que partem da crítica aos paradigmas vigentes para estabelecer uma nova forma, menos entrópica, de entender as relações dos homens com o seu meio ambiente. Nosso ponto de partida se encontra na denominada Agroecologia, que entende as relações sociais como o elemento central da evolução dos ecossistemas, mas que até agora não desenvolveu um corpo ético e teórico no campo das ciências sociais." As contribuições de um importante grupo de pesquisadores da Europa consagrariam a Agroecologia como uma ciência multidisciplinar, ou, se preferirem a concepção de MORIN (1993) uma ciência do campo da complexidade.

Desde então, a Agroecologia passaria a ser uma ciência que vai além da aplicação dos conceitos e princípios da ecologia ao manejo de agroecossistemas, na busca de mais sustentabilidade na agricultura. Como afirmam Sevilla Guzmán *et al.* (2006) "Em seu sentido mais amplo, a Agroecologia tem uma dimensão integral na qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante já que, ainda que parta de uma dimensão técnica e seus primeiro nível de análise seja a unidade de produção, desde ela se pretende entender as múltiplas formas de dependência que gera o atual funcionamento da política, da economia e da sociedade sobre a cidadania, em geral e sobre os agricultores, em particular. Os outros níveis de análise da Agroecologia consideram como central a matriz comunitária na qual se insere o agricultor. Isto é, o grupo doméstico, a comunidade rural e as sociedades locais que geram sua identidade mediante uma rede de relações sociais. A Agroecologia oferece bases científicas para que os processos de transição da agricultura convencional (e outras formas de agriculturas menos sustentáveis, acrescentamos) para agriculturas ecológicas se desenvolvam neste contexto sociocultural e político e que impliquem em propostas coletivas de mudança social."

Desde esta perspectiva renovada, Sevilla Guzmán (2006)

define Agroecologia como “o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para o enfrentamento da crise ecológica e social e, desta maneira, possam ajudar a restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica.”

No Brasil, a perspectiva agroecológica tem sua origem no âmbito do debate sobre agriculturas alternativas que ganhou destaque a partir de meados dos anos 1980. Ainda que alguns autores, mesmo se dizendo progressistas, insistissem em questionar o movimento em defesa da agricultura alternativa, foi a partir de iniciativas pioneiras de agricultores e técnicos engajados nesse movimento que começaram a ser implementadas experiências concretas de ecologização de sistemas de produção. Nasceu, a partir daí a luta contra os agrotóxicos, que resultaria, ainda em meados dos anos 1980, na proibição dos venenos organoclorados e, posteriormente, na aprovação da lei de agrotóxicos. Talvez este tenha sido um dos momentos mais importantes de implementação de políticas de enfrentamento aos impactos da “modernização” da agricultura brasileira.

Uma característica marcante do Agroecologia no Brasil é seu vínculo inextricável com a defesa da agricultura familiar camponesa como base social de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural. Nesse sentido, o movimento agroecológico brasileiro destaca-se como um campo social e científico de disputa na sociedade, em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando-se aos históricos movimentos camponeses e da agricultura familiar (com e sem-terra). Observe-se que esta disputa ocorre em um ambiente hostil, no qual a “A defesa do movimento agroecológico pela vigência histórica da agricultura familiar camponesa ainda é muito frequentemente interpretada como uma tendência do idealismo utópico. Mas essa vigência vem sendo construída no dia-a-dia pelo próprio campesinato, por meio de lutas silenciosas pelo controle de frações do território com vistas a reduzir o poder de apropriação das riquezas socialmente geradas pelo capital industrial e financeiro ligado ao agronegócio.” (Petersen *et al.* 2009).

Ao mesmo tempo, a Agroecologia, no Brasil, desmarca-se dos modelos convencionais dos negócios orgânicos, propugnando o direito universal de acesso a alimentos saudáveis para todos e a obrigação que as gerações atuais devem ter no sentido da preservação do meio ambiente, assegurando a base de recursos naturais da qual dependerão as futuras gerações. Portanto, não está focada em negócios para atender a nichos de mercado e consumidores com maior poder de compra, mas sim como uma ciência que pode contribuir para a generalização de estilos de agriculturas mais sustentáveis.

Não obstante a marcante presença da agricultura familiar camponesa no meio rural brasileiro e das reconhecidas experiências de avanços agroecológicos, pode-se dizer

que, até o momento, o Brasil não experimentou uma ação efetiva e ampla de políticas públicas indutoras de uma nova perspectiva paradigmática para o desenvolvimento rural, a começar pela própria reforma agrária, que continua sendo propugnada nos marcos dos modelos convencionais de agricultura, sem incorporar soluções inovadoras, como bem critica González de Molina (2009). As iniciativas de políticas públicas que favoreçam uma transição agroecológica, até o momento, são pontuais e não respondem ao que poderíamos entender teoricamente como política pública, mas sim como fragmentos isolados de iniciativas incluídas em projetos e programas. Pelo menos é o que se pode deduzir de uma breve introdução ao conceitos de políticas públicas como veremos a seguir.

Como ensina Graças Rua (2007), uma política pública “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.” Segundo a mesma autora, políticas públicas “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.” Já para Bucci as políticas públicas são “programas de ação governamental que visam coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.” Cristóvam (2005) informa que “As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Tomando essas proposições conceituais como referência, nos permitimos concluir que os nichos de inovação política existentes no Estado brasileiro vêm encontrando dificuldades para ampliarem sua abrangência e poder transformador devido ao insipiente embate em curso na sociedade brasileira relacionado aos rumos do desenvolvimento rural. Na ausência de um projeto nacional de desenvolvimento próprio que implemente políticas orientadas ao fortalecimento das estruturas econômicas internas em benefício de uma lógica equitativa de repartição das riquezas socialmente criadas, o Estado brasileiro abre mão de assumir o seu papel como ente gestor de um projeto de sociedade, tornando-se refém das determinações de curto prazo que, com o passar do tempo, se transformaram na essência da política. Esse padrão de gestão pública, em especial da política agrícola, implica a submissão às pressões das relações político-econômicas dominantes, sejam elas internas ou externas. Ao mesmo tempo, ela é indicativa da incapacidade dos governos de implementar políticas sociais vinculadas a uma perspectiva de superação estrutural da pobreza pela via da promoção do desenvolvimento democrático e sustentável. Pelo lado da sociedade civil organizada, sobretudo nos movimentos camponeses e da agricultura familiar de abrangência nacional, ainda é limitada a defesa dos referenciais da Agroecologia como

eixo estruturador das pautas de negociação política com o Estado. Mesmo assim, continuam crescendo iniciativas de inovação sociopolítica e metodológica relevantes, destacando-se aí a emergência da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), o que apresentaremos, mais adiante, neste texto.

A importância da agricultura familiar camponesa em novas estratégias de desenvolvimento rural e agrícola

Não restam dúvidas de que a agricultura familiar camponesa cumpre, no Brasil, com vários papéis históricos, inclusive vinculados à segurança alimentar do país. Dados do último Censo Agropecuário (Brasil 2009) mostram que o setor agrícola familiar está representado por mais de 4,3 milhões de unidades de produção, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais, embora ocupe apenas 24,3% da área agrícola total. Apesar dessa desproporção, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (Fig. 1).

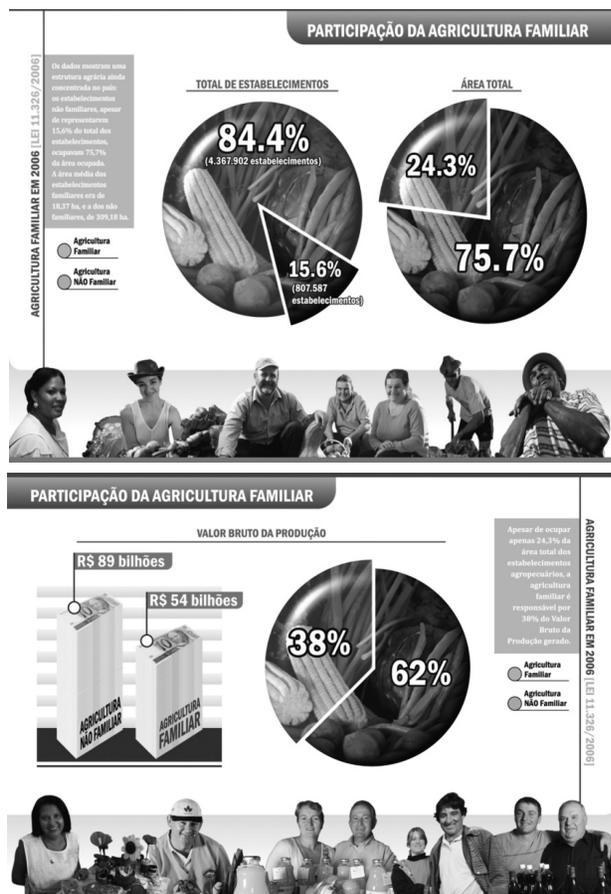


Figure 1: Participação da agricultura familiar. Fonte: Brasil 2009

Uma análise mais refinada dos dados dá conta de que o Valor Bruto da Produção (Fig. 2) por hectare das unidades familiares é muito superior ao das unidades não-familiares (patronais/capitalistas). Além disso, o Censo re-

velou que a agricultura familiar ocupa quase 8 de cada 10 postos de trabalho na agricultura brasileira, o que representa mais de 12 milhões de pessoas contra as 4 milhões ocupadas na agricultura não-familiar. (Fig. 3) Representa também que a cada 100 hectares a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas, enquanto a não-familiar ocupa apenas 1,7, um dado essencial quando sabemos que o desemprego estrutural apresenta-se como um dos grandes desafios das sociedades modernas.

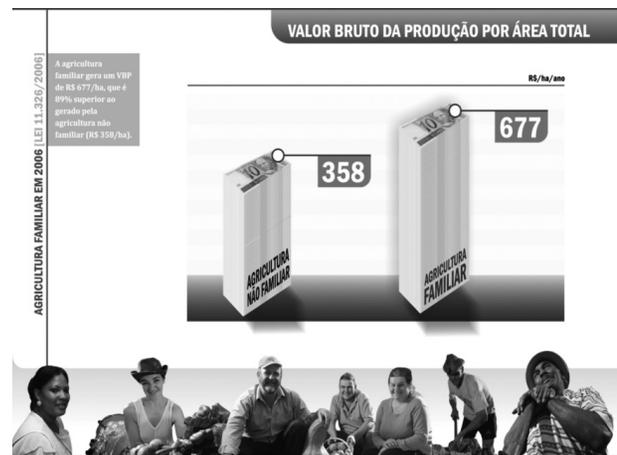


Figure 2: Valor bruto da Produção por área total. FONTE: Brasil 2009.

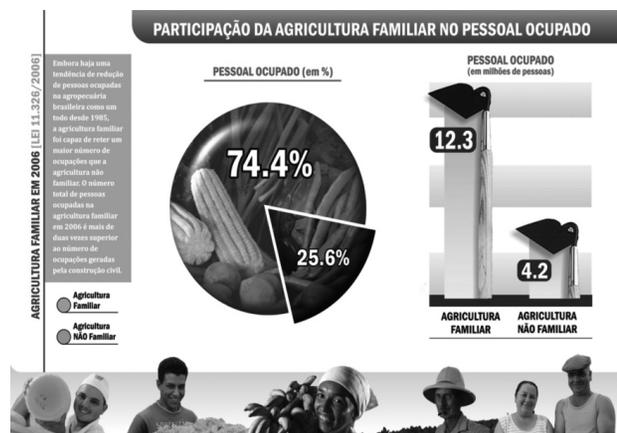


Figure 3: Participação da agricultura familiar no pessoal ocupado. FONTE: Brasil 2009.

O Censo confirma séries estatísticas anteriores ao demonstrar que entre 60 a 70% dos alimentos da cesta básica de alimentos do povo brasileiro são produzidos pela agricultura familiar.

Os dados trazidos a luz pelo último Censo Agropecuário podem levar a entender que o grande gargalo existente para a implantação de outro estilo de desenvolvimento rural é a concentração da posse da terra. De fato, os dados confirmam que o Brasil permanece com uma das maiores concentrações mundiais da posse e uso na terra. Esse fato justifica a atual Campanha Popular em Defesa do Limite Máximo da Propriedade e estimula a acreditar na importância da reforma agrária em nosso país.

Em tese, uma ampla e massiva reforma agrária seria de fato capaz de aumentar de forma significativa o papel positivo das unidades de base familiar sobre a gestão dos recursos naturais e a geração de emprego e renda no mundo rural. No entanto, torna-se necessário considerar nesse quadro mais amplo, as múltiplas funções positivas da agricultura familiar para o conjunto da sociedade, para que se possa superar o fato de que mesmo as políticas públicas especificamente orientadas o segmento social beneficiado pela reforma agrária têm sido concebidas no sentido de promover a modernização por meio de crescentes graus de mercantilização.

Essa tendência tem sido geral nas políticas agrárias e agrícolas e acaba se traduzindo numa crescente subordinação da agricultura familiar aos setores agroindustriais presentes à montante, pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais, e à jusante, através dos contratos de integração a mercados especializados e a um crescente aumento da concentração do poder de compra e estabelecimento dos preços pagos aos agricultores por parte de um pequeno número de grandes conglomerados. Essas duas formas de dependência têm conduzido à fragilização econômica das famílias agricultoras, fato esse que se reflete, entre outros sintomas, nos crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares e, finalmente, no limite, o abandono da atividade agrícola. Nesse contexto, os maiores beneficiários das cifras recordes de financiamento público orientadas à agricultura familiar têm sido os setores industriais e de serviços vinculados ao agronegócio. Mesmo os recursos de crédito rural do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, acabam sendo transferidos automaticamente para este mesmo setor industrial.

Por outro lado, ao desorganizar e fragilizar economicamente a agricultura familiar pela via da especialização produtiva e intensificação da agricultura, várias políticas em curso têm retirado do setor familiar a sua capacidade de cumprir com múltiplas funções econômicas, ecológicas e sócio-culturais, responsáveis pela sua reprodução como categoria social. Ao mesmo tempo, subtrai da sociedade os benefícios associados a essas funções e limita as possibilidades de um câmbio no sentido de mais sustentabilidade..

É nesse contexto que o debate sobre as políticas públicas concebidas segundo o enfoque agroecológico vem ganhando forte relevância como um tema de interesse do conjunto da sociedade.

4.O debatesobre políticas públicas no fortalecimento de experiências agroecológicas

Uma das primeiras experiências de vulto relacionadas a políticas públicas indutivas da perspectiva agroecológica tenha sido a proposta colocada em marcha pela EMATER-RS – Associação de Empreendimentos de

Assistência Técnica e Extensão Rural, do estado do Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2002. Naquela época, a entidade estabeleceu alguns critérios para orientar a ação extensionista, destacando o foco na agricultura familiar, com prioridade para os mais pobres do campo, além de uma orientação técnica baseada nos princípios da Agroecologia. Nesta perspectiva, a ação socioambiental da EMATER-RS ganhou destaque por ser inovadora e comprometida com os ideais de sustentabilidade que vinham sendo demandados pela sociedade em geral, ainda que de forma difusa.

Já, em 2003, durante o processo participativo de construção de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Brasil 2004), levado a cabo pelo governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, os debates realizados em todas as regiões do país identificaram a necessidade de uma Extensão Rural Agroecológica (Caporal 1998), cuja base técnica desse suporte a processos de transição baseados nos princípios da Agroecologia, o que ficou expresso nos objetivos e princípios da PNATER e serviu de orientação para as inúmeras ações realizadas pelo MDA no campo da extensão rural ao longo dos últimos anos.

Apesar dos avanços alcançados em ambas as iniciativas, posteriores retrocessos foram verificados. No Rio Grande do Sul, a nova gestão da EMATER-RS, a partir de 2003, no marco de um governo estadual conservador e comprometido com o modelo desenvolvimentista, rompeu a trajetória inaugurada no governo anterior de Olívio Dutra e eliminou de sua política a perspectiva agroecológica, sem reação das organizações de representação dos agricultores ou de outras entidades do setor. No caso da PNATER, em nível federal, um conjunto de proposições de caráter metodológico, introduzidas na Lei de Ater, em 2010, contrariaram frontalmente princípios básicos para o desenvolvimento de serviços de Ater guiados pela perspectiva agroecológica, entre outras razões por reforçar a abordagem difusionista na ação dos profissionais. Também nesse caso foram limitadas as reações organizadas pelas entidades de representação da agricultura familiar, as maiores interessadas no tema posto que haviam conquistado anteriormente a exclusividade desses serviços públicos para as suas bases sociais.

Em ambos os casos, observa-se que não houve participação efetiva e ativa dos setores interessados, na reformulação daquelas políticas públicas, de modo que as novas políticas implementadas na seqüência se caracterizariam como uma imposição “imperativa de valores” que não refletem as demandas que estavam colocadas como prioritárias, em dado momento histórico, por um conjunto de atores sociais do setor. Ao mesmo tempo, ambas reformulações afastam as políticas da possibilidade de apoio a eventuais avanços no desenvolvimento rural com base nos princípios da Agroecologia.

Por outro lado, a transição de um modelo am-

bientalmente degradante, contaminador e socialmente excludente, para outro, com características opostas, como sugere a perspectiva agroecológica antes conceituada, enquadra-se, perfeitamente, nos objetivos de defesa dos direitos fundamentais previstos na Constituição e que, portanto, deveriam ser centrais na formulação de políticas públicas indutivas, o que não se observou na reformulação das políticas, em ambos os casos exemplares antes citados.

Isto posto, cabe concluir que, ainda que estejam presentes discursos sobre desenvolvimento sustentável tanto nas hostes dos governos como nas organizações de defesa dos interesses da agricultura familiar, não houve, nos casos em tela, uma disputa de poder entre sociedade civil e governos e também não houve, por parte dos governos, uma deliberada orientação de política em favor da sociedade, se é que o discurso da sustentabilidade tem algum sentido objetivo.

O que se pode concluir dos desdobramentos de ambos os casos é que ainda temos valores dominantes tanto na sociedade civil como nos governos, que não incluem, de fato, uma proposta de mudança de paradigma nas orientações de políticas para a agricultura e o desenvolvimento rural, razão pela qual a Agroecologia continua sendo uma ciência marginal nos âmbitos de decisão e, portanto, na formulação de políticas públicas.

5. Experiências e limites das políticas públicas

Apesar das constatações antes mencionadas, não há dúvidas de que o imperativo socioambiental, impregnado no âmbito geral da sociedade, continua sendo um elemento impulsor de fragmentos de políticas de cunho mais ambientalista. Esse fato torna-se evidente quando se analisa o conjunto de políticas para a agricultura que vem sendo implementado nos últimos anos em nível federal. Embora não seja este o lugar para uma análise aprofundada de todas as políticas, vamos tomar alguns exemplos como ilustrações desse processo.

No âmbito geral dos últimos Plano Safra da agricultura patronal, gerenciados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, vimos crescer as iniciativas de apoio a chamada agricultura orgânica e, mais recentemente, as ações de apoio à chamada ABC – Agricultura de Baixo Carbono. Em ambos os casos, no entanto, não há um descolamento do marco convencional do desenvolvimento da agricultura dita moderna. Continuam predominando, sem questionamento, os monocultivos orgânicos, com foco na substituição de insumos. No ABC, predominam as grandes plantações de eucaliptos e até vale o uso de agroquímicos e transgênicos, numa clara indicação de um enfoque ecotecnocrático. Ou seja, não se propõe nenhum rompimento com a lógica agroindustrial dominante e da agricultura como ramo subordinado da indústria.

No caso da agricultura familiar não é diferente. O grande esforço das políticas continua sendo no sentido da “modernização”; isto é, no apoio a mudança da base técnica, sem questionar o uso de agroquímicos e ampliando o financiamento e acesso a máquinas e equipamentos para a mecanização. Não obstante, dentro da política de crédito do PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – podemos encontrar linhas específicas para o financiamento de alternativas, como por exemplo, o Pronaf Agroecologia, Pronaf Florestas ou Pronaf Eco. Essas, entretanto, não têm “recursos marcados” e não encontram apoio nos agentes financeiros que operam o programa, continuando marginais, mesmo depois de vários anos de sua criação.

Por outro lado, algumas iniciativas de ambos os ministérios MDA e MAPA, para estímulo à agricultura orgânica seguem sendo implementadas desde uma perspectiva convencional. Em geral, do ponto de vista técnico-agronômico, estas iniciativas param no nível da substituição de insumos, não avançando necessariamente para a busca de maior sustentabilidade através do redesenho dos agroecossistemas. Por outro lado, tem sido evidente que esses apoios estão focados no mercado de nichos e que, portanto, no nível da produção caracterizam-se como excludentes, pois não há espaços para todos neste tipo de mercado (em especial quando focado na exportação). No caso da agricultura familiar, estas iniciativas de apoio a produção de orgânicos passam a constituir-se em mais um elemento gerador de diferenciação social nas comunidades rurais, na medida em que fortalecem o individualismo (salvo raras exceções) e, do lado dos consumidores acabam privilegiando os que podem pagar sobre-preços por este tipo de produto.

A mesma perspectiva dos ecomercados parece estar presente em programas de estímulo às cadeias da sociobiodiversidade, onde sequer existem estudos de possíveis impactos ambientais resultantes da intensificação das cadeias numa clara opção mercadológica e economicista. Do mesmo modo, vamos encontrar programas de estímulo ao agroextrativismo, calcados na mesma lógica dos ecomercados, que deixam de observar as razões e elementos culturais que asseguraram que até hoje tivéssemos a presença de um “agroextrativismo sustentável” em muitos dos nossos biomas. Isto é, desconsideramos as perspectivas ecológica e sociocultural para dar preponderância aos fatores de maior produção e produtividade próprios do modelo convencional.

Ainda que incompletos e preliminares em sua análise, esses exemplos permitem chamar a atenção para a lógica que continua dominando as políticas públicas, mesmo quando elas são apresentadas como avanços em direção à sustentabilidade socioambiental da agropecuária nacional. Deste modo, as políticas públicas de estímulo a modelos mais sustentáveis na agricultura, acabam expressando suas limitações e, em alguns

casos, expressam uma dicotomia irreconciliável entre diferentes modelos de desenvolvimento agrícola e expressando o predomínio da lógica da ideologia da modernização.

6. Alguns exemplos de resultados positivos no avanço do enfoque agroecológico no Brasil

Uma das iniciativas de políticas públicas, em nível federal, com inovação no campo da Agroecologia e que se destacaram a partir de 2003 foi Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. É nela que a palavra Agroecologia aparece pela primeira vez em uma política pública nacional como orientação para a ação dos extensionistas brasileiros.

Além do aspecto simbólico, no âmbito de um conjunto de políticas convencionais, a presença desta recomendação na PNATER passaria a exigir uma série de ações das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater da esfera pública federal e estaduais e, inclusive, de organizações civis interessadas em acessar recursos públicos para a implementação de seus programas institucionais. Dentre estas iniciativas pode-se destacar a realização pelo DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, de um amplo plano de formação de Agentes de Ater, com abrangência nacional. De 2004 a 2010, foram capacitados mais de 16 mil extensionistas através de diferentes eventos de média e curta duração, todos eles com um enfoque agroecológico.

Como parte deste esforço, citamos os recursos alocados para ações em Agroecologia, pelas 27 entidades públicas estaduais de Ater, nos anos 2007 e 2008, e que alcançaram quase dois milhões de Reais (900 mil Euros).

Tipos de gasto previsto	Valores (R\$)	
	2007	2008
Formação em Agroecologia	157.193,00	990.603,32
Ater em Agroecologia	32.000,00	334.671,13
Investimentos com foco na Agroecologia	139.402,51	536.175,00
Total	328.595,51	1.861.449,45

Fonte: DATER (2009)

Como se pode observar, o valor aplicado em atividades e investimentos vinculados ao tema Agroecologia teve um crescimento importante entre 2007 e 2008, anos em que se consolidaria a perspectiva agroecológica no marco dos Termos de Referência para convênios entre as entidades estaduais e o governo federal.

Não menos importante, seria a consolidação, na EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- do Projeto de Pesquisa em Transição Agroecológica. Esta iniciativa nasce de um amplo debate entre pesquisadores e

sociedade civil, dando origem, primeiramente, ao Marco de Referência para a pesquisa em Agroecologia aprovado pela empresa e lançado em 2005. Este Projeto, ao lado do Projeto de Pesquisa em Agricultura Orgânica, inauguram um espaço importante dentro de uma instituição que tem tido um compromisso histórico com as atividades agropecuárias de tipo convencional, focada na agricultura de exportação e nas chamadas tecnologias de ponta, inclusive os transgênicos. Mais recentemente, outras duas iniciativas passam a fazer parte deste cenário no âmbito da Pesquisa. Por um lado, a criação do Fórum de Agroecologia, formado por três entidades da sociedade civil e três representações da EMBRAPA, que tem como principal atribuição acompanhar as ações em Agroecologia e apresentar sugestões sobre o tema para a instituição. Atualmente o Fórum está vinculado à Diretoria da entidade e tem tido ampla cooperação com o Projeto de Pesquisa em Transição Agroecológica. A segunda iniciativa refere-se à assinatura de um Acordo entre a EMBRAPA e a ABA-Associação Brasileira de Agroecologia, criando uma Série a ser publicada pela EMBRAPA e dedicada exclusivamente ao tema.

No âmbito da educação formal, também se registraram avanços importantes. A partir de 2003, foram criados no Brasil mais de 100 cursos de Agroecologia ou com enfoque em Agroecologia. Cabe ressaltar que esta tendência levou o Ministério de Educação- MEC a incluir a Formação em Agroecologia em seus catálogos de cursos de nível médio e superior, consagrando a profissionalização nesta área. Atualmente, o Brasil conta com inúmeros cursos de Tecnólogo e Bacharel em Agroecologia, numa tendência crescente de criação deste tipo de cursos em todas as regiões do país. Da mesma forma, há cursos de Especialização, Mestrado e linhas de programas de Doutorado dentro do campo de conhecimento da Agroecologia.

Dada esta rápida proliferação destes cursos, a Associação Brasileira de Agroecologia vem promovendo, desde o ano de 2010, um amplo debate nacional para avaliação dos avanços e limites da formação profissional em Agroecologia, além de incentivar a sistematização das diferentes experiências e a troca de conhecimentos entre os professores e alunos envolvidos.

Ainda no campo da educação, o MEC, juntamente com o MAPA, acaba de aprovar projetos de apoio a 30 Núcleos de Pesquisa e Extensão em Agroecologia nos Institutos Federais de Educação Tecnológica e o MDA, em parceria com o CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa está disponibilizando recursos para o apoio a outros 54 Núcleos de Pesquisa e Extensão em Agroecologia nas Universidades Públicas. Somados aos Núcleos já existentes, desde 2010, o Brasil conta com mais de 100 Núcleos de Agroecologia no âmbito.

Cabe ressaltar, que em ambos os casos – Pesquisa e Ensino – não houve política pública indutora das mudanças. A introdução do paradigma agroecológico ocorre a partir de iniciativas da sociedade civil ou mesmo de grupos de profissionais no interior das instituições, sem necessariamente

mente responder a orientações formais de política dos governos.

7. ABA-Agroecologia e ANA: atores emergentes e seus atuais desafios

A experiência brasileira na constituição e organização do movimento agroecológico, apresenta algumas características que merecem ser sublinhadas. Em primeiro lugar, o fato de que esse movimento foi se instituindo e se consolidando no decorrer das últimas décadas a partir de variados formatos e ênfases, mas sempre tendo como fundamento uma crítica objetiva aos padrões socialmente excludentes e ambientalmente predatórios que caracterizam a agricultura e o desenvolvimento rural no Brasil. A partir dessa leitura crítica sobre a natureza e das relações subjacentes ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural, o campo agroecológico brasileiro, reunido na ANA e na ABA-Agroecologia, assume a compreensão de que o enfrentamento desse modelo é, antes de tudo, um desafio no plano político (Petersen 2008). Sob essa perspectiva, a proposta agroecológica emergiu e tem feito seu caminho num campo de disputa na sociedade, no qual a produção familiar assume uma franca oposição aos privilégios de uma elite econômica predatória e parasitária. Essa disputa política não poderá se resolver sem a efetivação de uma estratégia de ocupação massiva dos territórios pelas experiências da Agroecologia como força material de produção e fonte de inspiração de políticas (Gomes de Almeida 2009).

A carta política do II Encontro Nacional de Agroecologia expõe um princípio metodológico básico para que as experiências sociais de promoção material da Agroecologia sejam valorizadas e traduzidas em crescentes capacidades políticas em defesa da agricultura familiar camponesa e do paradigma agroecológico: "Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações em todo o país tem compreendido que a Agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento das necessidades das famílias produtoras e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras da Agroecologia constituem embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional (ANA 2006).

Ao atuar como instância galvanizadora de redes regionais e movimentos sociais do campo, a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA chama para si o papel de estimular a construção de identidades e estratégias comuns por meio da valorização e articulação dos atores protagonistas das experiências de inovação agroecológica em curso em todas as regiões do país.¹ O desenvolvimento da

ANA e a crescente amplitude social e geográfica das redes a ela associadas, permitiu que essas diversidades fossem reconhecidas ao mesmo tempo em que elas passaram a dar sentido a um projeto de desenvolvimento que vem sendo assumido por populações rurais em suas múltiplas identidades sócio-culturais. Essa evolução vem sendo possível graças à centralidade atribuída às experiências de manejo dos agroecossistemas e aos seus promotores na ativação dos processos de intercâmbio entre os diferentes grupos, organizações, redes e movimentos envolvidos no campo agroecológico.

Esse enfoque de construção do campo agroecológico vem sendo crescentemente reconhecido e incorporado como um método capaz de valorizar as diversidades e delas tirar partido na construção de convergências em torno a estratégias e propostas de ação articulada. O emprego desse método vem produzindo resultados irradiadores no que se refere à renovação e fortalecimento do movimento agroecológico brasileiro. Por outro lado, permanecem como grande desafio o exercício e o aprimoramento desse método por movimentos sociais do campo e por redes estaduais e/ou regionais de ONGs. As práticas tradicionais que orientam a produção de conhecimentos e as opções político-organizativas desses movimentos e redes tendem a ser pouco sensíveis à experimentação social e às estratégias que elas suscitam implicitamente. A predominância de abordagens generalistas fundadas em propostas universalizantes tem sido incapazes de incorporar as estratégias e projetos inscritos nas diversificadas formas como as populações locais enfrentam seus problemas e constroem suas identidades. O aprofundamento dessa questão como objeto de reflexão e exercício na ANA, incide sobre a essência da proposta agroecológica como enfoque portador de conceitos e métodos para a leitura e a ação sobre as realidades. A centralidade dessa questão no horizonte atual da ANA desafia as organizações e as redes a reverem seus métodos de ação de forma valorizar em suas estratégias as capacidades políticas e de inovação que se exprimem em suas bases sociais (AS-PTA 2007).

Outra característica, intimamente ligada à anterior, relaciona-se ao gradual processo de rompimento com o paradigma científico-tecnológico que organiza os sistemas oficiais de produção e disseminação de conhecimentos na agricultura. Partindo do entendimento de que esse rompimento não se dará de forma abrupta como resultado de novas orientações políticas implementadas "de cima para baixo," mas que deverá se processar progressivamente a partir da incorporação paulatina dos enfoques teórico-metodológicos da Agroecologia nas instituições oficiais de ensino, pesquisa e extensão, a ABA-Agroecologia apresenta-se como ator relevante no cenário, ao exercer um duplo papel nesse processo²: 1) favorecer a produção de sínteses dos acúmulos de conhecimento gerados a partir do exercício concreto das metodologias participativas de pesqui-

1 Para um histórico da formação da ANA veja Gomes de Almeida 2009.

2 Para um histórico da formação da ABA-Agroecologia ver Petersen *et al.* (2009).

sa e extensão, abrindo caminho para que a abordagem agroecológica seja internalizada nas práticas das instituições oficiais; 2) criar um espaço de articulação dos educadores, pesquisadores e extensionistas comprometidos com a promoção da Agroecologia, tornando mais coesa a ação política desse já considerável segmento social por dentro das próprias instituições oficiais. Isto é, constitui-se na entidade que centraliza o processo de construção do paradigma agroecológico, dando abrigo e fortalecendo as inúmeras iniciativas em curso.

Ao reconhecerem a Agroecologia como enfoque científico e fundamento da gestão produtiva dos ecossistemas, bem como por sua expressão sociopolítica, juntas, a ANA e a ABA-Agroecologia inscrevem-se atualmente na sociedade brasileira como espaços organizativos articulados entre si e portadores de uma alternativa viável e sustentável às formas dominantes de organização técnica e socioeconômica do mundo rural. No universo dos atores sociais e das instituições vinculadas à problemática do desenvolvimento rural, essa evolução na base institucional e nas formas de atuação e organização do campo agroecológico permitiu que ficasse para trás a percepção da Agroecologia como mera manifestação de idéias tão generosas quanto românticas de alguns poucos (Gomes de Almeida 2009).

O momento presente não é mais o da demonstração da superioridade técnica, econômica, social e ambiental dos agroecossistemas de base familiar gerenciados a partir do enfoque agroecológico. Embora essas evidências empíricas devam permanecer sendo levantadas e divulgadas, sobretudo ao demonstrar a capacidade do enfoque agroecológico de abastecer as demandas alimentares de uma população crescente, o grande desafio que se apresenta está no plano político. Sem um adensamento das forças sociais em defesa de profundas reorientações nas políticas públicas e na reformulação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, os processos de inovação agroecológica dificilmente ultrapassarão o atual estágio de experiências isoladas e socialmente pouco visíveis para expandir suas escalas de abrangência social e geográfica aos territórios do país inteiro.

8. Considerações finais

O modelo hegemônico, orientador do desenvolvimento rural e agrícola no Brasil desde a segunda guerra mundial, está dando mostras de crise e esgotamento. Isto se deve não apenas ao limites da disponibilidade dos recursos naturais do qual é dependente, como também devido ao acelerado consumo, queima, destruição e degradação dos recursos naturais renováveis e não renováveis necessários para sua reprodução. Tal modelo, ainda dominante nas orientações de política pública, foi e continua sendo responsável por um processo permanente de exclusão social, êxodo rural, diferenciação so-

cial e concentração da posse da terra. O que se observa é que, ao contrário dos discursos sobre sustentabilidade, bastante vazios em sua essência, os fatos empíricos demonstram que caminhamos para uma degradação socioambiental sem precedentes e para um aprofundamento da crise civilizatória em que estamos imersos.

A chamada era da informação e da globalização, além de ter favorecido a mobilidade do capital e a mundialização dos negócios, também permitiu uma amplitude inimaginável no acesso a conhecimentos novos e a informações relevantes para a constatação sobre a insustentabilidade do atual modelo. Estudos sobre aquecimento global, mudanças climáticas, desertificação, contaminação e esgotamento de mananciais de água doce, desmatamento, salinização, erosão e empobrecimento dos solos, aumento abusivo no uso de agrotóxicos, contaminação de alimentos, danos à saúde das pessoas e animais, extinção de espécies, perda irreversível de biodiversidade, entre muitos outros, mostram a gravidade das conseqüências do modelo de desenvolvimento. Neste contexto, a agricultura, subordinada ao poder monopolista de setores agroindustriais, transformou-se profundamente. Suas raízes tradicionais, camponesas e indígenas foram atropeladas pela magnitude dos processos de “modernização conservadora” impulsionados por enormes quantidades de recursos públicos e privados. Por tudo isto, é hora de mudar.

Diante da renitente persistência desse estilo de desenvolvimento rural no país, importa frisar que ele não é fruto de um caminho histórico inexorável, como procuram nos fazer crer os ideólogos do agronegócio ao propor falsas analogias com a agricultura dos países desenvolvidos. Ele nada mais é do que o resultado de opções políticas que foram sendo reiteradas através dos séculos pelo estado nacional que operou sistematicamente na defesa dos interesses de grupos sociais minoritários que se beneficiam do status quo.

Fica claro, portanto, que a promoção de um novo padrão de desenvolvimento rural não se fará sem que esse desafio seja assumido pelo conjunto da sociedade de forma a suplantar no plano político a obstinada resistência da aliança entre os interesses das elites agrárias e agroindustriais brasileiras com o capital transnacional. Nos marcos da institucionalidade democrática, esse processo só se verificará a partir da agregação das forças populares que militam em prol da democratização da sociedade em torno a um projeto alternativo para o mundo rural.

A desconstrução dos mitos associados ao agronegócio é uma dimensão estratégica para que essas alianças populares se constituam, permitindo que a luta pela justiça social seja informada por uma cultura ecológica que penetre, motive, mobilize e canalize as energias políticas da sociedade civil em defesa de estilos de desenvolvimento rural compatíveis com os princípios da sustentabilidade socioambiental.

Por último, cabe ressaltar, como bem demonstra

González de Molina (2009), que “é imprescindível que as experiências agroecológicas entrem no âmbito do político”, por várias razões, entre as quais o autor destaca que o “princípio da coevolução implica o reconhecimento de que o poder, tema do qual se ocupa a política, permeia o conjunto das relações sociais e estas determinam e são determinadas pelo meio ambiente. Portanto, as formas como o poder se organiza e funciona têm uma importância quase decisiva nas relações da sociedade com a natureza”. E conclui: “A sustentabilidade de um agroecossistema seria, pois, o reflexo de determinadas relações de poder”, inclusive porque “a busca de sustentabilidade implica uma mudança na dinâmica dos agroecossistemas que se faz concreta através de mediações institucionais.”

Referências

- Altieri MA. 2002. Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável. Guaíba: Agropecuária.
- ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). 2006. Carta Política. II Encontro Nacional de Agroecologia, Recife.
- AS-PTA. 2007. Plano Trienal. Rio de Janeiro.
- Brasil. 2009. Ministério do Desenvolvimento Agrário Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006. Brasília: MDA.
- Brasil. 2004. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: SAF, Dater.
- Caporal FR. 1998. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Tese (Doutorado em Agroecología, Campesinado e História) – ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Córdoba, España.
- Carroll Ronald C, Vandermeer JH, Rosset M 1990. Agroecology. New York: McGraw-Hill.
- Cristóvam, JS da S. 2005. Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7254>. Acesso dia 13/07/08.
- DATER (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural). 2009. Relatório de Atividades. MDA/SAF/DATER (Documento de uso da Equipe de Formação).
- Gliessman SR. 2000. Agroecología: Procesos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: da UFRGS.
- Gomes de Almeida S. 2009. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In Agricultura familiar camponesa na construção do futuro (Petersen P, org.). Rio de Janeiro: AS-PTA, pp.67-83.
- González de Molina M. 2009. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible: La necesidad de una Agroecología Política. Em Agroecologia e os desafios da transição agroecológica (Sauer S, Balestr MV, eds.). São Paulo: Expressão Popular, pp. 17-70.
- Graças Rua M. 2007. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. Texto disponível no CD do Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia, promovido pelo Dater/SAF/MDA.
- Morin E. 1999. Por uma reforma do pensamento. In O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade (Pena-Veja A, Nascimento EP, orgs.). Rio de Janeiro: Garamond.
- Petersen P. 2008. Agricultura Sustentável: um desafio político. Revista Ação Ambiental. Viçosa, UFV.
- Petersen P, Dal Sóglio F, Caporal FR. 2009. A construção de uma ciência a serviço do campesinato: trajetória, desafios e perspectivas da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas Brasileiras. Em Agricultura familiar camponesa na construção do futuro (Petersen P, org.). Rio de Janeiro: AS-PTA pp.85-103.
- Sevilla Guzmán E 2002. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latinoamérica. Em: Agroecología: El camino hacia una agricultura sustentable (Sarandón S, ed.). Buenos Aires-La Plata: Ediciones Científicas Americanas, pp. 57-81
- Sevilla Guzmán E. 2006. De la Sociología Rural a la Agroecología. Barcelona: Icaria.
- Sevilla Guzmán E, González Molina M (eds.). 1993. Ecología, Campesinado e Historia. Madrid: La Piqueta.
- Sevilla Guzmán E, Ottmann G, González de Molina M. 2006. Los marcos conceptuales de la Agroecología. Em Agroecologia: Conceitos e Experiências (Figueiredo MAB, Lima JRT, orgs.). Recife: Bagaço, pp 101-156.
- The Economist. 2010. Brazil's agricultural miracle. How to feed the world (disponível em <http://www.economist.com/node/16889019>).
- Tollefson J. 2010. The global farm. Nature 466: 554-556.